

O Espaço da África Subsaariana

Luís Eduardo Saraiva

Coronel de Infantaria (Ref.). Professor da Universidade Lusíada de Lisboa. Investigador no Centro Lusíada de Investigação em Política Internacional e Segurança e no Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar (IUM).

Resumo

Até ao início da epopeia marítima dos portugueses, com a conquista de Ceuta em 1415, a África a sul do Grande Deserto permaneceu quase totalmente desconhecida para a Europa. Demorou muito tempo para que as principais potências europeias comesçassem a colonizar o interior de África, estabelecendo fronteiras onde apenas existiam espaços abertos e determinando orientações culturais e linguísticas para ajudar a consolidar essas fronteiras. Hoje a África subsariana reflete ainda essas influências e os países e comunidades que a constituem continuarão a ser, cada vez mais, afetadas pelas influências externas.

Após muitos anos de domínio europeu, assistir-se-á atualmente a uma situação de neocolonialismo, com os países africanos ainda muito dependentes da ajuda dos países do Norte, enquanto vão ficando devedores a novos poderes, como a China, podendo afirmar-se que a atual conjuntura da África Subsaariana, incluindo as suas fronteiras, está completamente desligada das realidades étnicas ou culturais, constituindo apenas uma sequência da fase colonial.

Abstract

The Sub-Saharan Africa Space

Until the beginning of the maritime epic of the Portuguese, with the conquest of Ceuta in 1415, Sub-Saharan Africa remained almost totally unknown to Europe. It took a long time for the major European powers to begin colonizing the interior of Africa, establishing borders where only open spaces existed before and determining cultural and linguistic orientations to help consolidate those borders. Today, sub-Saharan Africa still reflects those influences, and the countries and communities within that region it will continue to be increasingly affected by external influences.

After so many years of European domination, neo-colonialism is witnessed today, with African countries still very dependent on aid from the North, while becoming debtors to new powers, such as China. The current situation in sub-Saharan Africa, including its borders, is completely disconnected from ethnic or cultural realities, constituting only a sequence of the colonial era.

Introdução

A África da época clássica não corresponde àquilo que hoje concebemos como aquele continente. Para os antigos gregos, o mundo bárbaro que os rodeava era constituído pela “Europa”, uma região no seu Norte que hoje designaríamos por “Balcãs”, pela “Ásia”, que mais não era que a Ásia Menor, hoje território correspondente à Turquia, e por uma “África” que incluía a Tunísia e alguns territórios em seu redor. O alargamento do conhecimento do mundo levou também ao transporte dessas designações para longe e hoje a Europa, a Ásia e África são os continentes constituintes de uma grande “ilha-mundo”, à volta da qual gravitam massas terrestres como os continentes americanos, a Austrália, e outros.

Já antes da grande viagem atlântica de Vasco da Gama para chegar às especiarias da Índia, onde chegou em 1498, eram conhecidas pelos europeus e pelos outros povos mediterrânicos vastas extensões de África. O deserto do Saara era cruzado periodicamente pelas caravanas que do Sul traziam produtos para os povos do Mediterrâneo. O Egito estendia milenarmente a sua influência até às nascentes do Nilo. Uma hipotética viagem de circum-navegação dos fenícios terá passado pelas Colunas de Hércules e regressado à Fenícia pelo Mar Vermelho. Um reino cristão existiria no Leste de África, tendo levado a que o rei português determinasse a tentativa de estabelecer relações.

Contudo, até ao início da epopeia marítima dos portugueses, marcada pela conquista de Ceuta em 1415 e, depois, de outros europeus, a África a sul do Grande Deserto permaneceu quase totalmente desconhecida para a Europa. Séculos depois, as principais potências da época começaram a colonizar o interior de África, estabelecendo fronteiras onde apenas existiam espaços abertos e determinando orientações culturais que poderiam ajudar a consolidar essas fronteiras mesmo após o fim dos impérios coloniais. Hoje a África subsaariana reflete todas essas influências e, para o bem e para o mal, os países e comunidades que a constituem serão sempre, também, efeito de influências externas.

1. A Utilidade da Geopolítica para Entender África

Para MacKinder – e outros geopolíticos do início do século XX –, o centro de tudo o que se passava no mundo era uma zona *pivot* que denominou de *Heartland*, o Coração da Terra, no centro da Eurásia. À volta desse “coração” desenvolviam-se anéis, o interior ou marginal e o exterior, insular, ou dos continentes exteriores. A África situava-se nesses dois anéis concêntricos: uma parte a Norte do Saara pertencia ao anel interior; outra parte, a sul do Grande Deserto, já MacKinder atribuía ao anel exterior. A África subsaariana era assim uma grande ilha ou mesmo um continente, independente do seu Norte, do qual estava separada por um grande mar de areia. O entendimento imediato quando se evoca a palavra África é ainda essa grande ilha africana que fica a sul do Saara, e que será o objeto deste estudo sobre geopolítica.

A Geopolítica tem sido um instrumento útil, para a tentativa de compreender o mundo e o sistema pelo qual o Homem o organizou ou o tenta compreender. De acordo com Colin Flint, a Geopolítica será um instrumento para compreender o mundo e, assim, afastar “fantasmas” de ameaças. Conforme afirmava este autor, o que trouxe muita gente para a Geopolítica, pelo menos desde o fim do século XIX, e que continua a trazer, é a sua aparente capacidade para explicar em termos simples um mundo complexo e, por vezes, ameaçador. Ao oferecer explicações simples, a Geopolítica pode tranquilizar-nos, porque essas explicações criam a ilusão de tornar o mundo conhecido e, portanto, de o compreender; e se compreendemos uma coisa, passamos a ter controlo (Flint, 2017, p. 1).

As tranquilizadoras promessas de compreensão e controlo, evocadas por Flint, serão reforçadas por outra promessa da Geopolítica, a predição. As diversas teorias geopolíticas sempre reclamaram a capacidade de poderem prever como o mundo vai ser, incluindo que ameaças vão surgir e onde, e daí oferecerem receitas, ou implicações políticas (Flint, 2017, p. 1).

A análise de uma região tão vasta como a África Subsaariana pode fazer-se adotando várias metodologias.

Colin Flint, por exemplo, dá-nos uma abordagem inovadora da análise em Geopolítica (Flint, 2017, p. 52), mas que se debruça essencialmente sobre relações de poder entre os diversos elementos em presença. A forma como um país se orienta para o mundo, como se relaciona com outros, amigos ou adversários, é chamado por Colin Flint de “Código Geopolítico”. Cada país definirá o seu próprio código geopolítico, consistindo em cinco cálculos principais: 1) quais são os aliados atuais e potenciais? 2) quais os atuais e potenciais adversários? 3) como pode o país manter os seus aliados e “seduzir” potenciais aliados? 4) como se pode vencer os adversários atuais e as ameaças emergentes? 5) como se podem justificar os quatro cálculos anteriores ao público de um país e à comunidade global? (Flint, 2017, p. 52). Sendo esta abordagem muito interessante, não foi considerada muito adequada aqui, por se pretender identificar características muito mais vastas da Geopolítica africana e não apenas os jogos de poder entre as atuais unidades políticas. Contudo, encontrar-se-ão alguns vestígios do uso deste método na parte final deste trabalho.

Também Carlos Mendes Dias propõe um modelo consistindo no estudo dos contributos, apresentando como elementos iniciais de análise, para justificar o apoio da Rússia à Síria, por exemplo, a economia e o comércio, a posição, os “povos” e a latente adversidade histórica entre a Arábia Saudita e o Irão (Dias, 2012, pp. 30-31). Mais à frente, na sua obra *Geopolítica: Velhas mas novas aproximações e o contrário*, acaba por ressaltar fatores de análise mais abrangentes: a existência de recursos naturais; recursos energéticos, circulação e induções comportamentais; a água; estruturas económicas e globalização; alterações climáticas e árvore de consequências (Dias, 2012, pp. 76-142). Contudo, este conjunto de fatores não parece

ser suficiente para caracterizar de forma clara e suficientemente exaustiva a região subsaariana.

Já José Manuel Freire Nogueira apresenta no seu livro *O Método Geopolítico Alargado: Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo* um conjunto de fatores e uma estrutura de análise que se adapta bem a grandes regiões e a um tipo de estudo que incluía grandes extensões temporais (Nogueira, 2011). Assim, a abordagem da geopolítica africana que se apresenta colheu muito do “método” de Freire Nogueira, especialmente quando foi aplicado na sua outra obra *América do Sul: uma visão geopolítica*, publicada em 2015, obra que, de algum modo, inspirou a estrutura de análise que se encontra neste texto.

Assim, a análise pelo “Método Geopolítico” de Freire Nogueira atende a fatores que, de forma geral, explícita ou implicitamente, estruturam a análise que se segue. Entre esses fatores de estudo incluem-se as “forças profundas”, onde cabe a História; o caráter nacional; clã, tribo, etnia e nação; a língua; a religião. Depois analisa a Geografia enquanto força profunda. De seguida debruça-se sobre os fatores clássicos da análise geopolítica: a posição; a extensão; o clima; recursos e técnica; os acidentes geográficos; as fronteiras; a demografia. Por último faz a análise da conjuntura.

2. Características Estruturais da Região a Sul do Saara

Qual a importância da Geografia para a compreensão das relações entre as diversas estruturas humanas dentro de uma determinada região? “Síntetizando a apreciação do efeito modernidade sobre cada um dos três principais ramos do conhecimento que compõem a Geopolítica: o geográfico, o político e o histórico, chegamos à conclusão que o primeiro, o geográfico, foi o que recebeu o maior impacto modificador provocado pelos avanços da tecnologia” (Mattos, 2002, p. 50). Assim identificava Meira Mattos a importância da geografia para o estudo geopolítico e, especialmente, via na Geografia o principal elemento de formação das dinâmicas modernas da Geopolítica. Contudo isto não seria linear. Raymond Aron, por exemplo, tinha anteriormente afirmado, como muitos outros, que era ilegítimo fazer uma leitura geográfica da História. De igual modo, sublinhava que a geografia não serviria para estabelecer previsões ou prever ideologias (Aron, 1962, p. 205). Tais afirmações poderão conter algum truísmo, mas a Geografia não deixa de servir, claramente, para esclarecer alguns dos comportamentos humanos, atribuídos às limitações e constrangimentos característicos da natureza dos lugares onde o ser humano vive e onde se organiza. Assim, para compreendermos a geopolítica da região subsaariana de África, vejamos as suas características geográficas, estudo onde adicionaremos também outras relevantes características estruturais.

2.1 A Geografia, o Clima, a Vegetação

Como se nos apresenta essa grande região, essa “ilha de dimensão continental”? Essa grande área estende-se, podemos dizer, de forma simplificada, desde o paralelo 20 até ao paralelo 37, e inclui uma das maiores massas terrestres do globo. A sua costa é pouco recortada, diferindo muito dos outros continentes e mesmo do pedaço Norte de África, acima do Saara, o designado Magrebe. A costa não apresenta grandes avanços em direção ao mar (Castro, 1999, p. 253). Situada entre as duas linhas tropicais, estende-se para o sul do Trópico de Capricórnio por 14° de latitude, conferindo à sua parte austral um clima mais ameno e de cariz quase mediterrânico.

A situação dos seus planaltos e cordilheiras, especialmente situados ao longo da costa, não facilita a existência de planícies costeiras, que fornecessem a fixação humana junto ao mar. Os seus grandes rios na maior parte chegam à costa através de gargantas profundas (Castro, 1999, p. 253). Há grandes rios, como o Níger, que nascendo nos planaltos da Guiné vai passar pelo Mali e Níger, para chegar ao Oceano Atlântico nas Costas da Nigéria; o Rio Congo (ou Zaire) que nasce nas regiões dos grandes lagos africanos e vai chegar ao mar marcando a fronteira norte de Angola com a República Democrática do Congo (RDC), constituindo um dos mais intrincados e extensos sistemas fluviais de África; o rio Nilo, o mais extenso do mundo, que tem as suas origens nos Grandes Lagos, mais propriamente no lago Vitória, a sul do Equador e que vai desaguar no Mediterrâneo Oriental. O conjunto dos Grandes Lagos estende-se desde o Niassa, que marca a fronteira entre Moçambique, Malawi e Tanzânia, até ao lago Turkana, a norte do Quênia. Esse conjunto marca o vale do Rift, a grande falha telúrica que paulatinamente se vai alargando, para dentro de pouco tempo – à escala geológica, ou seja, em alguns milhões de anos – poder dar origem a uma grande ilha.

No que diz respeito ao relevo, para além dos vales cavados pelos grandes rios, são de destacar a maior montanha de África, o Monte Kilimanjaro, com 5.895 metros de altitude, que corresponde ao ponto mais elevado da cadeia de montanhas que acompanha a linha média dos Grandes Lagos e que termina no maciço da Etiópia, as altas montanhas da Abissínia, onde concentra mais a população pela moderação do clima. A ocidente dessa linha de fratura, uma outra cadeia acompanha quase em paralelo a primeira, com o pico mais elevado no Nordeste da RDC.

São de destacar alguns planaltos, ou mesetas, como as de Oubangui, na República Centro Africana (RCA), e a meseta de Luanda, ambas muito ricas em diamantes; as mesetas do Kundelungu, entre a RDC e a Zâmbia; e o planalto central na África do Sul, constituído por zonas áridas, e com poucos pastos, mas que seriam adequadas para a agricultura se adequadamente regadas.

Ainda outros pontos importantes do relevo são as montanhas de Maoua, onde se destaca o monte Camarões, no país com o mesmo nome; os montes Mitumba, na

RDC; a cordilheira Ruwenzori, na RDC e Uganda, e os montes Drakensberg, na África do Sul, que vão até à Suazilândia e à ponta Sul de Moçambique.

Devido à sua latitude, o clima da África do Sul é temperado, mas o clima é tropical em todo o resto da região em análise, se excetuarmos as regiões mais elevadas dos planaltos, onde as temperaturas são mais amenas. Na região do Equador, o clima é equatorial, traduzindo-se em ambiente quente e com muita chuva. Estas condições originam grandes florestas equatoriais, como a floresta do Congo. A norte e a sul da região equatorial, o clima é tropical, ou seja, proporciona verões chuvosos e invernos secos, condições para o aparecimento de vegetação tipo savana, com profusão de gramíneas, favoráveis à criação de grandes áreas de pasto, e com algumas árvores dispersas.

As grandes correntes marítimas também influenciam o clima e, portanto, também as condições de existência de flora e fauna. A corrente das Canárias, que chega às costas Ocidentais de África, ameniza o clima dessas regiões. A contracorrente equatorial corre ao longo do Equador para Oriente, banhando o Golfo da Guiné e mantendo a temperatura muito elevada e o clima húmido. Mais a sul, a corrente de Benguela, continuadora da corrente do Atlântico Sul, ameniza com os ventos frios o clima da costa a sul do Golfo da Guiné. A costa africana do Índico é mais quente, por influência das correntes que partem do Equador para norte – a corrente da Somália que termina na entrada do Mar Vermelho –, e para Sul, a corrente que chega ao cabo da Boa Esperança – a Corrente das Agulhas.

A África subsaariana apresenta faixas de vegetação correspondentes às grandes regiões climáticas. A faixa costeira que bordeja o Golfo da Guiné apresenta floresta tropical que se prolonga para o interior, até à região dos Grandes Lagos, abrangendo desde a Libéria, passando por Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, RCA, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, RDC, Uganda, Ruanda e Burundi. A norte desta extensa faixa, apresenta-se floresta tropical húmida, desde o Senegal até ao Sudão do Sul. A norte desta faixa de floresta tropical encontram-se as vastas extensões de savana, limitada ao Norte pelas areias do deserto e a Leste, pelo altiplano da Etiópia, onde a vegetação é de tipo estepe. Uma outra grande extensão de savana localiza-se a sul da floresta equatorial, abrangendo vastas áreas da RDC e de Angola, a Oeste e prolongando-se até ao Oceano Índico, caracterizando também a grande parte da ilha de Madagáscar. Do Sul de Angola até perto das amenas costas da África do Sul no Índico, encontra-se vegetação de tipo estepe, interrompida pelo deserto da Namíbia, a Ocidente, que vai até às proximidades da cidade do Cabo. A África do Sul apresenta duas pequenas regiões: de vegetação mediterrânica, na região do Cabo, e de floresta tropical húmida na sua costa do Índico (ENEM Universia, 2018).

2.2 Como os Fatores Estruturais Influenciam a Geopolítica Africana

Antes de nos debruçarmos sobre a influência do fator humano na caracterização geopolítica atual de África, é necessário dissipar uma ilusão. De acordo com Freire Nogueira (2015, p. 23) “desde muito cedo que os primeiros teóricos da geopolítica caíram na tentação de estabelecer um nexos direto de causalidade entre o meio geográfico e o comportamento humano, logo entre aquele e as suas instituições e comportamento político”. Teóricos como Friedrich Ratzel enunciavam no início do século XX princípios de geopolítica, afirmando que o Estado era resultante do binômio solo-homem, que era sobre o solo, o território, que o homem exercia as suas atividades que predispunham o Estado para o crescimento ou para enfraquecimento e extinção, e que o crescimento do Estado significava aumento do território (Mafera, 2006, p. 49). Mas Ratzel não foi original, pois, segundo Nogueira (2015, p. 23) “o mais conhecido dos teóricos dessa corrente [foi] o geógrafo norte-americano Ellsworth Huntington (...) que elegeu o clima como fator central do seu raciocínio geopolítico”. Estas ideias já estão ultrapassadas, mas não pode negar-se que “o clima influencia a vegetação, que também resulta dos acidentes geográficos e que todos estes fatores se combinam para, por um lado, incitar o comportamento humano e, por outro, constituir um limite por vezes inultrapassável a esse mesmo comportamento” (Nogueira, 2015, p. 23). Conforme notava Therezinha de Castro (1999, p. 253) “o destino geopolítico de África durante séculos foi de viver atrás da barreira do litoral”. Daí que se possa deduzir claramente, como fez Castro, que a história de África será principalmente terrestre.

Nogueira, afirma, citando Arnold Toynbee, que a relação entre os fatores estruturais, principalmente a Geografia e o comportamento humano, é hoje clara e tanto mais válida “quanto menos desenvolvida é a sociedade e quanto mais desfavorável é o meio em que vive” (Nogueira, 2015, p. 23). Esta abordagem aplica-se com muita evidência ao estudo da geopolítica da África subsaariana, como Nogueira já recentemente fez com a América do Sul.

2.3 A Estrutura Política Africana Antes dos Europeus

A região tropical de África sempre apresentou grandes obstáculos ao desenvolvimento humano, especialmente no que concerne às atividades económicas. Aquilo que Freire Nogueira apresenta como realidades da América do Sul, é ainda mais marcante nessa região. Enquanto no Norte se desenvolviam culturas milenares, como a do Egito, que marcariam toda a História do Homem, na região subsaariana as dificuldades que apresentava não permitiram o desenvolvimento fácil. Os solos são pobres e as doenças grassam num ambiente quente e húmido altamente pernicioso. As difíceis comunicações através das zonas mais densas das florestas equatoriais também não favoreciam as trocas, tanto de pessoas, como de mercadorias e mesmo de ideias.

Contudo, algumas estruturas políticas relevantes puderam desenvolver-se a sul do Saara e encontravam-se pujantes antes da chegada dos europeus. André Reis da Silva (2008, p. 97) estudou as realidades políticas de África no início da gesta ultramarina portuguesa e nota que “quando os portugueses conquistaram Ceuta (1415) e deram início ao périplo africano, no contexto do mercantilismo, da formação dos Estados nacionais europeus e da constituição de um sistema mundial capitalista, os Estados africanos viviam seu próprio desenvolvimento”. Ou seja, existiam estruturas políticas e relações entre essas estruturas, tanto económicas, como culturais, de modo que existia em África uma grande complexidade de relações. A África estava em pleno desenvolvimento, segundo aquele autor (Silva, 2008, p. 97). O desenvolvimento materializava-se também “na arrecadação de tributos, no trabalho compulsório, bem como nas lutas pelo poder e pelo controle das riquezas ou das rotas de comércio, tal e qual os europeus na formação de seus Estados nacionais (Silva, 2008, p. 97).

A conquista de Ceuta pelos portugueses vai obrigar ao desvio das ricas rotas que do Sul chegavam àquela e outras cidades do Sul do Mediterrâneo. Com a economia baseada no comércio, os árabes do Magrebe vão entrar em decadência e a falta de clientes leva à recessão no Sahel, a região de onde partiam as caravanas em direção ao Norte. Afirmar Reis da Silva (2008, p. 97) que os portugueses acabaram por destruir e extinguir as formações africanas pré-mercantilistas, que eram autónomas, e cujo desenvolvimento ocorria “de forma paralela e articulada com as formações da Ásia, do Mediterrâneo (no sul da Europa) e do Oriente Médio”. A África fazia a articulação entre essas três regiões e estava integrada na História mundial quando chegaram os portugueses, no século XV.

As estruturas políticas africanas existentes antes da chegada dos europeus não conseguiram adaptar-se aos novos sistemas económicos trazidos de fora, a um comércio cada vez mais globalizado, acompanhado de especialização e divisão internacional do trabalho. Estando em vésperas de evoluir para estruturas políticas baseadas numa economia mercantil-tributária, acabaram por ficar incumbidos essencialmente de fornecer mão-de-obra, primariamente escrava, em detrimento de outras fontes de riqueza.

Mais à frente iremos debruçarmo-nos sobre alguns dos mais relevantes Estados, ou reinos, existentes na altura, e como a chegada dos europeus ou outros povos os influenciou. Para já, podemos evocar o Império Songai, que constituiu um exemplo dessa influência. Estabelecido à volta do rio Níger, ocupava grande parte das áreas hoje parte do Mali e incluindo a cidade de Tombuctu, quando formalmente se constituiu, a partir de 1464. Era na altura um Estado essencialmente mercantil, com ligações comerciais com os primeiros europeus a atingirem a costa Ocidental de África, como os portugueses, e que prosperou durante a maior parte do século XVI, ao beneficiar de grandes reformas administrativas e de educação, para além de

religiosas. A conquista pelo sultanato de Marrocos em 1591 impediu a continuação do seu desenvolvimento, terminando com as rotas comerciais que controlava (Silva, 2008, p. 101).

3. A Influência dos Europeus

As características físicas de África determinaram que se presenciasse “um estabelecimento geohistórico ocasional costeiro”, nas palavras da professora Therezinha de Castro. Tal teve como consequência geopolítica as várias mudanças de metrópole, ou seja, de potências colonizadoras. Inicialmente chegaram os colonizadores portugueses, seguidos dos espanhóis e dos holandeses. A partir do século XIX apareceram os ingleses e os franceses, que substituíram os primeiros em muitas áreas. Mais tarde, apareceram os alemães e italianos. Após os períodos de descolonização observa-se a presença, ou influência de outras potências, como a URSS, os EUA, a China e outras. Analisemos cada uma dessas vagas, ou períodos.

3.1 O período Portugal-Espanha

A expansão europeia começou com as viagens de Portugal e de Espanha, no século XV. A divisão do mundo pelo Papa Alexandre VI entre as duas nações iria determinar também a maior influência de Portugal em África, enquanto a Espanha se empenhava no Novo Mundo. Contudo, a exploração do interior e a colonização de África, embora o continente fosse conhecido muitos séculos antes do Mundo Novo, só muito tardiamente se realizou, a partir de meados do século XIX, em contraste com o que aconteceu nas Américas. África só teria a sua ocupação praticamente concretizada após o acordo conseguido entre as potências europeias na Conferência de Berlim, em 1885.

O estabelecimento de feitorias na costa, como forma de estabelecer bases de comércio com os povos autóctones, tinha sido a forma mais comum de obter lucros com aquilo que a região providenciava. As viagens para o interior dos territórios africanos por exploradores aventureiros, militares ou cientistas, só tiveram grande incremento após o desenvolvimento propiciado pela revolução industrial, com o navio a vapor, a arma de fogo e o caminho-de-ferro a potenciarem a vontade de explorar os recursos de África, a partir da segunda metade do século XIX.

A divisão da quase totalidade da região subsaariana de África pelas potências europeias, a partir da Conferência de Berlim, fez-se essencialmente à custa das estruturas políticas que existiam antes da chegada dos europeus. As atividades mercantis europeias, especialmente o incremento do comércio de escravos, de que as colónias europeias nas Américas tanto necessitavam, acabariam por levar à fragilização desses reinos africanos. Ou seja, conforme nota Therezinha de Castro, o continente africano não terá disposto do tempo suficiente para uma completa colonização europeia, mais efetiva. Contrariamente ao que tinha acontecido nas Américas, o

tribalismo manteve-se, por um lado, não se tendo completado a miscigenação europeia. “Os europeus não criaram raízes em África, e acabariam por de lá serem expulsos por ocasião das independências” (Castro, 1999, p. 254), com exceção dos brancos da África do Sul.

Como é que os reinos africanos perderam perante a ascensão do capitalismo a partir do mercantilismo europeu desenvolvido em África? Reis da Silva afirma que esses Estados africanos, no início do século XVI, eram ainda embriões de nação, que acabaram por serem destruídos pelo fim do comércio através do Saara (Silva, 2008, pp. 100-101), ou seja, a chegada dos europeus ao continente africano a partir do século XV “foi um dos acontecimentos de maior impacto no continente, cujas consequências se fazem sentir até nossos dias”, pois significou a paragem do desenvolvimento do continente africano, ao seu ritmo, e obrigou à sua rearticulação em direção ao desenvolvimento do capitalismo (Silva, 2008, pp. 101-102).

Pode afirmar-se que os portugueses, estando mais interessados em criar bases de apoio para a sua rota da Índia, não pretendiam penetrar muito no interior de África. Contudo, o desenvolvimento dessas “feitorias” acabou por alterar as estruturas económicas das organizações políticas africanas. De qualquer modo, até à Conferência de Berlim não há uma penetração profunda em África. “Ao se iniciar o século XIX, Napoleão desembarcava no Egipto, quando o continente só era conhecido periféricamente, tal como na era das grandes navegações; não indo esse conhecimento para além dos 600 km de costa e, mesmo assim, nos lugares mais favoráveis à sua penetração” (Castro, 1999, pp. 252-253).

3.2 O Tempo da França, de Inglaterra e da Holanda

É a partir essencialmente do século XVII que uma segunda vaga de outras nações europeias chega a África. Nestes incluem-se os ingleses, os franceses e os holandeses. Com início em 1533, os ingleses fizeram expedições regulares e entraram em diversos conflitos com os portugueses, já instalados no continente, mas essencialmente nas zonas costeiras. Com a chegada dos franceses, a lógica de estabelecimento junto à costa vai alterar-se. No século XVII os franceses sobem o rio Senegal e estabelecem-se no interior (Silva, 2008, p. 102). Em 1626, foi criada a Companhia Francesa da África Ocidental, e os franceses estabeleceram-se no Senegal. “Os holandeses, por seu lado, procuraram fragilizar as conquistas portuguesas, como o Forte da Mina, na Costa do Ouro, em 1637, e Luanda (que ocuparam de 1641-1648)”. Deslocando-se mais para sul, fundam em 1652 a Cidade do Cabo (Silva, 2008, pp. 102-103).

A intensificação do comércio de escravos, redirecionando os recursos e as perspectivas de lucro, irá levar irremediavelmente ao declínio do comércio com a África do Norte, como se viu, o que provocará o enfraquecimento e declínio das entidades políticas subsaarianas. A adaptação às novas características económicas e o incremento do comércio de escravos como principal ocupação mercantil levam à altera-

ção das estruturas políticas e ao aparecimento de novos Estados, que também baseiam o seu poder na aquisição aos europeus de armas de fogo. Contudo, eram frágeis essas estruturas. Conforme afirma Berteaux, citado por Silva (2008, p. 103): “A fragilidade desses Estados apareceu com o fim do tráfico de escravos, em meados do século XIX, porque temporariamente nenhum outro produto parecia substituir o comércio de escravos”. Os impérios africanos já existentes e em vias de centralização, assim como as novas organizações económicas que se criaram com o fim das rotas do Saara, tiveram de passar a contar com a sua relação com os europeus, que poderiam ser amigos ou adversários, “num complexo jogo que reunia alianças, federações e sucessão de domínios e hegemonias” (Silva, 2008, p. 104). Para Reis da Silva, o que se nota então é que os europeus não detinham nessa altura as forças suficientes para alcançarem o domínio de África. Algumas fortes entidades políticas eram poderosas, dispoendo mesmo de capacidade militar suficiente para rechegar tentativas de conquista. Podiam constituir, por outro lado, importantes aliados para os europeus, pelo que essas entidades políticas acabavam por se adaptar às novas circunstâncias, reformulando-se e aumentando o seu poder pela participação nos lucros do comércio de escravos (Silva, 2008, pp. 104-105).

3.3 Reorganização das Estruturas Políticas Africanas

Conforme se afirma acima, até à chegada dos europeus, os povos africanos estavam organizados em diversas estruturas políticas, algumas delas de grande complexidade. Durante o período de influência europeia, esses Estados e reinos foram, contudo, adaptando-se à economia cada vez mais global, o que acabou por os fragilizar e levar mesmo à sua dissolução, integrados nos impérios europeus então criados em África, como simples territórios ou protetorados. Mas diversos povos souberam, de início, tirar proveito com a presença dos europeus, como os ashantis, instalados na região do atual Gana, por exemplo, que beneficiaram muito com o comércio de escravos. Os ashantis formaram uma unidade política a partir da agregação, nos séculos XI e XII, de pequenos principados de povos akan, que tinham enquadrado as tribos autóctones, que comerciavam noz-de-cola e de ouro. Os fantis, que se dedicavam essencialmente à agricultura e à pesca, eram também ashantis que se estabeleceram mais ao Sul. De forma geral, as cidades-Estado existentes nas costas de África “procuraram resistir às tentativas de conquista dos impérios do interior e poderiam ser apoiadas pelos fortes europeus” (Silva, 2008, pp. 104-105).

Outros povos foram também desenvolvendo as suas estruturas de Estado. Alguns, como os chamados Estados Mossi – por exemplo, Tencodogo, Uagadugu, Iatenga, entre outros –, “foram criados entre os séculos XIV e XV e chegaram a ser vassallos do Império Songai no século XV, mas recuperaram sua autonomia no século XVI.” Contudo, os mossi, localizados nos territórios do atual Burkina Faso, acabariam por se tornarem vassallos dos franceses a partir de 1896 (Silva, 2008, p. 105).

Quando os portugueses entraram em contato com o antigo Reino do Benim¹, por volta de 1480, este encontrava-se em grande expansão, promovida através de guerras (Silva, 2008, p. 105). As relações comerciais estabelecidas consistiam em comércio de escravos, e outras trocas que incluíam armas, pimenta, vestimentas e marfim. Portugal também estabeleceu relações diplomáticas com o Rei do Congo, Afonso, tendo havido visitas oficiais recíprocas às duas cortes. As trocas comerciais, incluindo a cedência de armas ao reino congolês, ganharam muita intensidade com a conversão à religião católica do rei Afonso.

Ainda outras entidades políticas foram muito alteradas pela presença dos europeus em África. Uma era o Reino de Daomé, que corresponde atualmente, grosso modo, ao Benim, e que se localizava a noroeste deste. O Reino de Daomé incluía outros reinos menores que comerciavam escravos. A capital do reino tinha à volta de 25 km de perímetro e cerca de mil habitantes. Para se subtraírem à pressão da influência europeia os governantes mudaram o reino para Abomei, que se tornaria uma grande potência regional a partir do século XVIII (Silva, 2008, p. 105), atingindo grande importância no comércio de escravos com portugueses e brasileiros, dos quais recebia ouro. Esta atividade, conjuntamente com a venda de óleo de palma, constituía a principal atividade económica, a que se juntava a produção e mandioca, milho, tomate e tabaco. O reino acabaria por passar ao domínio francês em 1892, sendo incorporado nas colónias francesas da África Ocidental (Silva, 2008, p. 105).

O Império de Oio foi um forte Estado estabelecido pelo povo Ioruba entre o Daomé e o Rio Níger, e que durou até 1835. Cresceu devido ao comércio (principalmente de escravos) até se tornar um dos maiores Estados da África Ocidental. Disponha de cavalaria que lhe conferia uma grande superioridade militar, e tornou-se o Estado mais importante da região desde meados do século XVII até ao fim do século XVIII (Silva, 2008, p. 107). Embora tenha permanecido fora da influência direta dos europeus, o Reino de Oio foi afetado pela decadência do comércio atlântico de escravos e fragmentou-se em pequenas unidades políticas no século XIX, até cair sob controlo britânico. Encontram-se atualmente iorubas na Nigéria, onde constituem cerca de 20% da população (Silva, 2008, p. 107).

Nos começos do século XIX, o continente africano ainda não havia sido dominado completamente. Mas, ao longo desse século, o fim da escravatura nas Américas, a decadência do mercantilismo e o desenvolvimento capitalista dos países industrializados impulsionavam os europeus a penetrarem no continente africano, e essas unidades políticas africanas constituiriam obstáculos ao novo domínio imperialista, precisando de ser removidos, destruídos ou submetidos (Silva, 2008, p. 109).

1 Atual cidade da Nigéria que não deve confundir-se com a República de Benin, antes chamado Daomé.

3.4 O Período EUA-URSS

O fim da Segunda Guerra Mundial foi a oportunidade para a independência da maior parte das colônias europeias ultramarinas. As colônias africanas da França, da Grã-Bretanha, da Bélgica, de Espanha e da Alemanha acabariam por ascender nos anos 1960 à independência, embora muitas ficassem de seguida sujeitas à ação de outro Estado, como aconteceu com o Saara Espanhol, logo “arrebanhado” por Marrocos. A década de 1960 viu chegar assim às Nações Unidas muitos novos Estados.

A Guerra Fria influenciou diretamente a forma como os poderes coloniais se apresentavam em África. A influência da União Soviética, reclamando a autodeterminação para todos os povos, tinha como propósito levar o socialismo àquelas partes do globo dominadas pelos poderes do Ocidente, ou seja, expandir o mundo soviético. Por outro lado, o Ocidente, liderado pelos EUA, pretendia negar esse acesso à URSS. Conforme notava Therezinha de Castro, “após a Segunda Guerra Mundial, com a formação do eixo Leste/Oeste, o imaturo processo geostórico transformaria a África num *continente geopoliticamente inseguro e geoestrategicamente vulnerável*. Vertiginosamente descolonizada, a África entrava na fase de Guerra Tépida transformada na arena da URSS/Estados Unidos” (Castro, 1999, p. 256).

Portugal não acompanhou os “ventos da História” e recusou a alienação dos seus territórios ultramarinos, a que passou a chamar “províncias” em vez de colônias. Deu-se assim início aos conflitos na Guiné Portuguesa, em Angola e Moçambique. No cenário político internacional, Portugal encontrava-se isolado, com o bloco comunista a apoiar abertamente as lutas de libertação e alguns países do lado Ocidental a fazerem o mesmo, mas mais discretamente. Na Guiné Portuguesa, os insurgentes apoiavam-se nos países vizinhos, Senegal e República da Guiné, onde tinham bases e por onde recebiam o apoio do bloco socialista, consistindo em treino militar, conselheiros – que muitas vezes participavam na luta armada –, formação em técnicas de propaganda e financiamento. Em Angola, a luta pela libertação recebia apoios dos dois blocos, embora materializado em fações diferentes. Em Moçambique a China também fomentava a luta armada de libertação, para além da URSS e seus satélites. Os insurgentes sedeavam-se principalmente na Tanzânia, de onde partiam para incursões no território moçambicano.

Mas Portugal acabaria por ceder a independência às suas colônias de uma forma que Therezinha de Castro denomina de “prematura independência política” (Castro, 1999, p. 254). Conseguida a independência imatura gerada com separatismos e guerras civis – Castro refere a Nigéria, o Zaire, Angola e Moçambique –, as duas grandes potências implantaram uma nova modalidade de imperialismo, acabando por transformar África no terreno fértil da Guerra Fria (Castro, 1999, p. 255).

O desenvolvimento de novas formas de conflito, as denominadas “guerras por procuração” – *proxy wars* na denominação inglesa – são as formas de se suavizar ten-

sões entre os dois blocos. A luta dos dois grandes blocos para o controlo de África provocou, por causa de lealdades divididas, guerras civis em muitos dos países recentemente independentes. Em Angola, após a independência, iniciou-se uma guerra civil que duraria anos, entre a UNITA – apoiada pelos EUA e pela África do Sul – e o MPLA – apoiado pelos soviéticos, pela República Democrática Alemã e por Cuba. Mas outros conflitos, que não interessava aos dois blocos avivar, permaneceriam “congelados” e seriam desencadeados apenas após ter afrouxado o controlo externo sobre as partes em conflito.

Por isso, o fim da Guerra Fria não significaria, como se esperava, o cessar dos problemas africanos. Na verdade, a realidade africana continua mergulhada no subdesenvolvimento económico e social, “com países governados por regimes que, em mãos de pequena elite burocrática ou militar, superprivilegiada, continua a contribuir para a pobreza e o analfabetismo do seu povo” (Castro, 1999, p. 256).

4. A Geopolítica Africana Pós-Guerra Fria

Segundo a professora Therezinha de Castro, o profundo desequilíbrio político de África está relacionado com a forma como “os líderes da independência, com a ajuda externa, se perpetuaram no poder e quando desapareceram legaram ao país a instabilidade; os golpes e contragolpes de tribos contra tribos vêm, de um modo geral, caracterizando na África as ‘democracias de fachada’” (Castro, 1999, p. 255).

4.1 Crises e Guerras Civis

Os países africanos são os que mais engrossam as fileiras dianteiras da lista de Estados falhados. Em 2013 os nove primeiros Estados do índice de *Estados Falhados* elaborada pelo Fundo para a Paz – The Fund for Peace – eram: a RDC, o Sudão, o Sudão do Sul, o Chade, o Iémen, o Afeganistão, o Haiti, a RCA e o Zimbabué (Boniface, 2014, p. 62). Muito ficou por fazer após a independência da maior parte dos países subsaarianos. Para além da retirada das elites intelectuais e económicas que estruturavam o território quando era colónia, os novos Estados viram-se a braços, muitas vezes, com a separação da sua antiga metrópole e de todo o sistema económico que ela suportava. Também não houve, em muitos casos, uma transferência cuidada para os novos poderes nem se criou um sistema político adequado a cada caso. Na maioria das vezes, a ajuda à libertação veio em conjunto com a imposição de um modelo socialista que não correspondia nem aos sistemas políticos tradicionais – que foram mantidos, em muitos casos, em simultâneo com a administração colonial –, nem à estrutura política organizada pela potência colonizadora. A entrega do poder pelos colonizadores foi feita, muitas vezes, a uma parte da sociedade, a que mais se tinha destacado, na perspetiva das potências apoiantes no combate ao colonialismo. Frequentemente, tal grupo ou etnia não era representativa da maioria das sociedades existentes nas fronteiras do novo país. Daí a inevitabilidade

dos conflitos, muitas vezes violentos. As guerras civis, especialmente após o fim das descolonizações, as crises permanentes entre Estados vizinhos, que chegam a materializar-se em violentas guerras e genocídios têm como uma das causas esses inadequados processos de transição política. Entre os principais conflitos atuais em África contam-se os da RDC (Boniface, 2014, p. 103) e o do Sudão, que opõe o governo do Sudão ao recente país Sudão do Sul, assim como o Conflito do Darfur, uma província ocidental do Sudão (Boniface, 2014, p. 107).

4.2 O Reordenamento das Fronteiras: Sudão e Somália

Um outro problema, causador de muitos agravos, muitos deles de extrema violência, é a artificialidade de fronteiras que, marcadas especialmente a partir da Conferência de Berlim (1884-1885), vieram separar antigos reinos, comunidades, tribos e mesmo famílias. Este problema foi descongelado com as independências, embora a maioria dos novos países tivesse estabelecido o respeito pelas fronteiras coloniais, como um dos fatores de identificação do Estado. A separação do Sudão do Sul do Sudão foi um dos raros casos em que se reparou (aparentemente) uma injustiça feita muitos anos antes, lá longe, em Berlim. Contudo, permanecem litígios por resolver, como no caso da fronteira Egipto-Sudão.

Esses desajustes de marcação de fronteiras, como lhe chama Therezinha de Castro, iniciados em Berlim em 1885, foram devidos principalmente à procura de equilíbrios entre as potências presentes na célebre conferência e muito pouco atenderam à conjuntura presente na altura e às características e peculiaridades dos povos envolvidos. Terá sido atingido um equilíbrio geopolítico, mas destruíram-se estruturas étnicas, linguísticas e culturais. A estes desequilíbrios vieram juntar-se os que decorreram da partilha das colónias alemãs em África no fim da Primeira Guerra Mundial e, após o segundo grande conflito, a arranjos que levaram à atribuição de independência a regiões que se encontravam na mais completa dependência (Castro, 1999, p. 255), como as ex-colónias Ruanda, Burundi, Somália, cujos habitantes, vivendo num sistema tribal, não se identificavam com as nacionalidades então artificialmente criadas.

4.3 A Expansão da Jihad

Uma nova entidade geopolítica tem vindo a destabilizar as já muito frágeis estruturas políticas, sociais e de segurança dos países africanos. São as organizações terroristas de inspiração religiosas, como a Al-Qaeda, a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, (AQMI), o Boko Haram, o autodenominado Estado Islâmico e a Al-Shabab. Mais ou menos rechaçadas do Norte de África, têm tentado impor-se mais a Sul, na região do Sahel e ainda mais para Sul. Mas este será um fenómeno da conjuntura, com que os países africanos terão de aprender a lidar, e que não deverá ter a oportunidade de alterar a estruturas que constituem a região a sul do Saara.

Conclusões

Mackinder via a região de África a sul do Saara como uma grande ilha rodeada de mares, onde incluía o mar de areia. A geopolítica pode realmente ajudar a compreender essa região, conforme afirmava Colin Flint mas, para tal, é necessário adotar um modelo de análise. O modelo adotado neste trabalho foi influenciado pelas abordagens de Carlos Mendes Dias e, principalmente, pelo “Método Geopolítico Alargado” de José Manuel Freire Nogueira. Os avanços da ciência e da tecnologia reforçaram o papel da Geografia como instrumento central da Geopolítica. Assim, cada vez mais, a Geografia serve, claramente, para esclarecer alguns dos comportamentos humanos e, neste contexto, permite ver mais claramente a região africana abaixo do Saara.

O posicionamento dos planaltos e cordilheiras africanas, situados ao longo da costa, dificulta a existência de planícies costeiras, favoráveis à fixação humana. O clima é tropical na maior parte da região, que apresenta faixas de vegetação correspondentes às grandes regiões climáticas. Assim, do equador para os trópicos encontramos faixas de floresta tropical e depois regiões de savana, a que se seguem estepes, antes de se chegar aos desertos. A vegetação é condição do clima, mas também os acidentes geográficos e estes fatores combinam-se para influenciar o comportamento humano e limitar a sua expressão. Quanto menos desenvolvida a sociedade humana e mais hostil o lugar onde vive, tanto mais os fatores estruturais condicionam o comportamento humano, como é muito claramente o caso de África.

Quando os portugueses iniciaram a sua aventura ultramarina, visando sobretudo desenvolver o comércio, os Estados africanos encontravam-se em pleno processo de desenvolvimento, existindo estruturas políticas que se relacionavam entre si económica e culturalmente, ou seja, existindo em África uma complexa rede de relações entre Estados. A conquista de Ceuta pelos portugueses levou ao desvio das ricas rotas que do Sul chegavam àquela e outras cidades da margem Sul do Mediterrâneo. Devido às características físicas de África, os povos europeus que iam chegando estabeleciam-se quase exclusivamente na costa. Primeiro vieram os portugueses, seguidos dos espanhóis. Uma segunda vaga incluiu franceses, ingleses e holandeses. Os europeus não detinham, contudo, capacidade para dominarem de imediato as estruturas políticas africanas que encontraram. Estas foram, após os primeiros contatos, passando por um processo de adaptação às novas condições geopolíticas. Embora tivessem sabido, de início, tirar proveito da presença dos europeus, adaptando-se à economia cada vez mais global, acabaram por enfraquecer e serem integrados nos impérios europeus. Acabada a Segunda Guerra Mundial, com a descolonização rápida de África, o continente tornaria-se muito inseguro e geoestrategicamente muito vulnerável, sendo palco do confronto dos dois grandes blocos da Guerra Fria, muitas vezes materializados

em “guerras por procuração”. Por exemplo, a relutância de Portugal em descolonizar, “acompanhando os ventos da História”, levou a uma guerra prolongada em três frentes, onde as grandes potências aproveitaram para jogar os seus interesses.

O profundo desequilíbrio político de África, a que hoje se assiste, está relacionado com a perpetuação do poder por parte dos líderes da independência, apoiados por ajuda externa, e que, quando desapareceram, deixariam os seus países sob grande instabilidade política. As condições estruturais caracterizam ao longo da História algum determinismo na forma como as entidades políticas de África se originaram, se alteraram e se apresentaram perante uma nova era, da globalização. Assim, na presente situação pós-colonial africana, assiste-se ainda a um forte tribalismo que, contribuindo para mascarar o nacionalismo, é condição para uma forte instabilidade securitária. A consequência da descolonização dos antigos impérios ultramarinos em África é, frequentemente, o aparecimento de Estados frágeis ou falhados, onde o sentimento de nacionalidade é exíguo ou inexistente. Assim, assistir-se-á a uma situação de neocolonialismo, com os países africanos ainda muito dependentes da ajuda dos países do Norte, enquanto vão ficando devedores a novos poderes, como a China, podendo afirmar-se que a atual conjuntura da África subsaariana, incluindo as suas fronteiras, está completamente desligada das realidades étnicas ou culturais, constituindo apenas uma sequência da fase colonial.

Bibliografia

- Aron, R., 1962. *Paix et Guerre entre les Nations*. Paris: Calmann-Levy.
- Boniface, P., 2014. *La Géopolitique: 40 fiches thématiques et documentées pour comprendre l'actualité*. Paris: Éditions Eyrolles.
- Castro, T., 1999. *Geopolítica – Princípios, Meios e Fins*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- Dias, C. M. M., 2012. *Geopolítica: Velhas mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Mare Liberum Editora.
- ENEM Universia, 2018. África: Caracterização Física. In *ENEM Universia* [Online]. Disponível em <http://www.universiaenem.com.br/sistema/faces/pagina/publica/conteudo/texto-html.xhtml?redirect=59617078229772592973895155231> [Consultado em 13 de janeiro de 2019].
- Flint, C., 2017. *Introduction to Geopolitics*. Oxon: Routledge.
- Mafra, R. M. O., 2006. *Geopolítica: Introdução ao Estudo*. São Paulo: Sicurezza Editora.
- Mattos, C. M., 2002. *Geopolítica e Modernidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Nogueira, J. M. F., 2015. *América do Sul: uma visão geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Nogueira, J. M. F., 2011. *O Método Geopolítico Alargado: Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESM.

Silva, A. L. R., 2008. Os Estados africanos nos séculos XVI-XVIII: desenvolvimento desigual na África Ocidental. Em José Rivair Macedo, org., *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 97-110. Disponível em SCIELO Books: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf>